

Governo tenta aliviar papel do BNDES

Banco ajudou a evitar uma queda maior da atividade econômica em 2009, mas País necessita de alternativas de investimento em infraestrutura

Alexandre Rodrigues

O governo ensaia medidas para criar alternativas de financiamento de longo prazo que tirem das costas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a tarefa de incentivar o investimento na economia.

No entanto, aumentar o volu-

me de crédito para grandes obras de infraestrutura e ampliação de capacidade produtiva na indústria pode não ser suficiente para alterar a dinâmica de crescimento com baixo investimento que limita a economia do País.

Fortalecido com empréstimos de R\$ 180 bilhões do Tesouro, o BNDES emprestou R\$ 210 bilhões entre 2009 e o primeiro

semestre deste ano. O banco contribuiu para evitar uma queda maior da atividade econômica em 2009 ao suprir a escassez de crédito provocada pela crise mundial desencadeada em 2008, mas o resultado do esforço mantido este ano não deve passar da recomposição do nível de investimento de 2008.

Desde 2006, o Brasil experi-

mentava trajetória consistente de aumento da taxa de investimento na economia, que chegou a 18,7% do PIB em 2008. A crise fez com que ela caísse para 16,7% do PIB no ano passado, em vez dos 19,7% projetados.

Neste ano, com a política de juros de longo prazo subsidiados pelo BNDES, o governo comemora a perspectiva de 18,9% – mesmo assim, ainda distante do nível entre 22% e 25% estimado como necessário para sustentar um crescimento seguro da economia.

Segundo o coordenador do grupo de Análises e Previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Messenberg, apesar de todo o esforço do governo para financiar empreendimentos pelo BNDES, o investimento continua crescendo a reboque do consumo. Ele sustenta que a dinâmica só será alterada se o governo abandonar o que chama de “liderança envergonhada” do investimento.

Para o economista, em vez de tentar influenciar o investimento privado pelo BNDES, o governo deveria investir diretamente em grandes projetos de infraestrutura, sem ter de montar quebra-cabeças com bancos públicos e fundos de pensão, e viabilizar o investimento privado no rastro deles. “A questão não é apenas de falta de financiamento de longo prazo. É preciso definir uma estratégia clara”, diz Messenberg, para quem é possível elevar o investimento público direto de 3% para 6% do PIB.

Para ele, será uma obrigação do próximo governo reorientar o foco da política econômica da estabilidade para o investimento e assumir essa liderança. “Definiu-se no Brasil que o investimento vem do setor privado, mas isso não funciona. O setor privado no Brasil fica esperando o setor público e as vantagens que ele vai oferecer. O dilema que se enfrenta é sair ou não desse paradigma.”

PRESTE ATENÇÃO

1. Investimento. A crise econômica global interrompeu a trajetória de crescimento da taxa de investimento na economia brasileira em 2008, quando ficou em 18,7% do PIB. Em 2009, a taxa ficou em 16,7%, em vez dos 19,7% projetados.

2. Avanço. Projeção do BNDES mostra que a taxa de investimento já superou este ano o nível pré-crise e deverá continuar crescendo nos próximos anos, chegando a 22,2% do PIB em 2014.

3. Caixa. No fim do primeiro semestre deste ano, o BNDES acumulou uma carteira de R\$ 317 bilhões, respondendo por 20,5% da oferta nacional de crédito. Entre 2009 e o primeiro semestre deste ano, o banco desembolsou R\$ 210 bilhões.

MARCOS DE PAULA/JAE-25/8/2010



Messenberg. 'É preciso definir uma estratégia'

Poupança baixa ajuda a limitar o investimento

Em meio aos questionamentos sobre o custos fiscal dos empréstimos do Tesouro para o BNDES, o governo promete criar, até outubro, incentivos para bancos comerciais e o mercado de capitais no financiamento de longo prazo. Hoje, o BNDES concentra 20% de todo o crédito.

Também para o economista Armando Castelar, analista da Gávea Investimentos e professor do Instituto de Economia da UFRJ, o financiamento de longo prazo não é o gargalo principal.

“O problema é a poupança baixa, de cerca de 16% do PIB. Não vai investir muito mais do que isso mesmo. Na América Latina é 22%. O Brasil está muito fora. Os países que mais investem são os que mais poupam”, aponta.

Para Castelar, a recuperação do investimento no pós-crise teve influência pequena do BNDES. “O que efetivamente levou as empresas a investir foi a redução da incerteza.” Para ele, o BNDES tem concentrado crédito porque mantém taxas muito vantajosas, o que inibe opções.

As alternativas ao BNDES, diz, não estão nos bancos comerciais. “É importante incentivar títulos mais longos, debêntures, mas é preciso criar um mercado secundário, criar a figura de um market maker que possa garantir preço e liquidez”, defende. “As melhores empresas estão no BNDES. O que sobra para o mercado de capitais?”

Para ele, fundos de pensão e seguradoras são outros agentes financeiros cuja natureza casa com as necessidades de financiamento de longo prazo. “Seriam melhor aproveitados se tivessem saída para um mercado secundário de títulos, definindo suas decisões de investimento no mercado, com mais transparência, não em gabinetes”.

Diferentemente de Messenberg, Castelar acredita que o investimento deve ser liderado pela iniciativa privada. “O governo é mau investidor, paga mais caro. Não acho o melhor caminho. Já vimos isso nos anos 70 e o resultado total foi negativo.”